

**“Contra a imposição, defendemos a educação”:**  
*os movimentos docentes contra a austeridade e as reformas  
neoconservadoras no contexto espanhol*<sup>1</sup>

**“Against imposition, we defend education”:**  
*teachers’ movements against austerity and neoconservative reforms in the  
Spanish context*

**“Contra la imposición, defendemos la educación”:**  
*los movimientos docentes contra la austeridad y las reformas  
neoconservadoras en el contexto español*

 **LLUÍS PARCERISA\***

Universidade de Barcelona, Espanha

 **ANTONI VERGER\*\***

Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha

**RESUMO:** Entre 2011 e 2015, no rastro da crise financeira global, a Espanha passou por medidas de austeridade severas que levaram à agitação social e ao surgimento de novas formas de ação coletiva. No campo educacional, sindicatos docentes e movimentos ativistas se organizaram contra as políticas neoliberais e neoconservadoras que o governo central e vários governos regionais promoviam. O caso da Assembleia Docente das Ilhas Baleares é de relevância particular, pois constituiu uma experiência de protesto altamente bem-sucedida que desencadeou uma mobilização social sem precedentes e com amplo apoio popular. Com base em teorias dos movimentos sociais e combinando entrevistas semiestruturadas com análise documental e da imprensa, este estudo conclui que a combinação entre construção de alianças, ações coletivas

---

\* Departamento de Ensino, Aprendizagem e Organização Educacional, Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha. *E-mail:* <lluissparcerisa@ub.edu>.

\*\* Departamento de Sociologia, Universidade Autônoma de Barcelona. Cerdanyola del Vallès, Espanha. *E-mail:* <antoni.verger@uab.cat>.

disruptivas e processos de enquadramento foi fundamental para explicar o sucesso da mobilização social.

*Palavras-chave:* Movimento social. Análise de enquadramento. Neoliberalismo. Reforma educacional. Medidas de austeridade.

**ABSTRACT:** Between 2011 and 2015, at the dawn of the global financial crisis, Spain went through severe austerity measures that led to social unrest and to the emergence of new expressions of collective action. In the educational field, teachers' unions and grassroots movements organised against the neoliberal and neoconservative policies promoted by the central government and several regional governments. The case of the Teachers' Assembly in the Balearic Islands is particularly relevant because it was a highly successful protest experience that triggered unprecedented social mobilisation and broad social support. Drawing on social movement theories and combining semi-structured interviews with document and media analysis, this study finds that the combination of alliance-building, disruptive collective actions, and framing processes was key to explaining the success of the social mobilisation.

*Keywords:* Social movement. Frame analysis. Neoliberalism. Educational reform. Austerity policies.

**RESUMEN:** Entre 2011 y 2015, a raíz de la crisis financiera global, España sufrió severas medidas de austeridad que provocaron malestar social y el surgimiento de nuevas formas de acción colectiva. En el ámbito educativo, los sindicatos de docentes y los movimientos activistas se organizaron contra las políticas neoliberales y neoconservadoras promovidas por el gobierno central y varios gobiernos regionales. El caso de la Asamblea Docente de las Islas Baleares es de particular relevancia, ya que constituyó una experiencia de protesta de gran éxito que desencadenó una movilización social sin precedentes y un amplio apoyo popular. Basado en teorías de los movimientos sociales y en la combinación de entrevistas semiestructuradas con análisis documentales y de prensa, este estudio concluye que la composición de la construcción de alianzas, de acciones colectivas disruptivas y de procesos de encuadramiento fue fundamental para explicar el éxito de la movilización social.

*Palabras clave:* Movimiento social. Análisis de encuadramiento. Neoliberalismo. Reforma educativa. Medidas de austeridad.

## Introdução

**N**o rastro da crise financeira global de 2008, países do sul da Europa como Espanha, Portugal, Itália e Grécia foram significativamente afetados pela aplicação de medidas de austeridade (CARVALHO, 2022). Na Espanha as políticas de austeridade foram particularmente severas durante o governo conservador liderado pelo Partido Popular – PP, entre 2011 e 2015, e tiveram grande impacto em vários setores da sociedade. Um dos mais afetados foi a educação, sendo as condições de trabalho das escolas e de professores/as as mais prejudicadas pelos cortes no orçamento. Entre as várias medidas, a mais impactante foi o Decreto-Lei de Medidas para Redução do Déficit Público (DECRETO-LEI 5/2012, de 1º de junho), que resultou num aumento nas horas de ensino de professores/as, na precariedade do pessoal temporário e no aumento na proporção de alunos/as por professores/as (STOLEROFF, 2013).

Paralelamente à imposição de cortes orçamentários, o governo espanhol promoveu uma ambiciosa Lei da Reforma Educacional – LRE em 2013, por ele chamada Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educacional – LOMCE (sigla em espanhol). Essa lei apresentava uma abordagem dupla para a política educacional: impunha um controle mais rígido sobre os resultados dos/das alunos/as, o currículo escolar e a língua de ensino por meio de uma nova e ampla avaliação, além de outras medidas regulatórias, ao mesmo tempo que promovia uma maior autonomia escolar e a competição entre as instituições de ensino. A LRE LOMCE se alinha diretamente com o que Michael Apple (2006) define como “modernização conservadora”, uma modalidade de reforma que combina controle estatal mais rígido com maior liberdade na educação.

No entanto, os/as educadores/as e a sociedade civil não ficaram passivos/as diante de todas essas reformas, que foram o catalisador para uma reação significativa com um novo e forte ciclo de protestos. Esse período foi testemunha do surgimento de movimentos sociais influentes na Espanha, como os Indignados, a Plataforma das Vítimas das Hipotecas e as plataformas cidadãs que defendiam a saúde e a educação públicas (RIBERA-ALMANDOZ & CLUA-LOSADA, 2021; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2019). Esses movimentos tiveram grande impacto na política espanhola, evidenciado pelo surgimento de novos partidos políticos, mudanças nas práticas democráticas dos partidos tradicionais e mudanças jurídicas substanciais destinadas, por exemplo, a proteger os direitos à moradia de cidadãos/ãs vulneráveis (DE WEERDT & GARCIA, 2016; FLESHER FOMINAYA, 2015; ROMANOS, SOLA & RENDUELES, 2023). No entanto, o impacto desses esforços de ação coletiva variou entre setores e territórios. No setor educacional, um exemplo notável foi o das Ilhas Baleares, que passaram pela experiência de uma resposta de proporções e dinamismo acima do comum.

Na região autônoma das Ilhas Baleares,<sup>2</sup> o governo regional, também liderado pelo PP, não só aderiu rigorosamente às medidas de austeridade na educação definidas pelo

governo espanhol, como também tomou medidas extras para cortar o orçamento da educação e centralizar o controle das escolas. Uma ação de forte impacto foi a redução do papel do catalão como língua de ensino. Essa medida para diminuir a presença do catalão na educação suscitou uma oposição significativa, pois foi vista como ataque à autonomia profissional dos/das professores/as e à língua materna de uma parte importante da população. Em resposta surgiram novas formas de ação coletiva no setor educacional, que evoluíram para um movimento interseccional, combinando habilmente questões relacionadas com o direito à educação, à defesa do Estado social e à preservação das línguas locais e minoritárias. Esse movimento, que foi bem orquestrado, conseguiu mobilizar a população e teve papel crucial na desestabilização das políticas do governo regional, contribuindo de maneira decisiva para a derrota eleitoral do PP nas eleições regionais de 2015.

Este artigo analisa esse episódio singular de mobilização social nas Ilhas Baleares. Seu objetivo principal é compreender as condições que catalisaram a mobilização social na região e avaliar o impacto subsequente dos movimentos. Para captar essas dinâmicas, o estudo integra diversas teorias dos movimentos sociais, incluindo dimensões estruturais, organizacionais e ideacionais da mobilização social. Em termos metodológicos, o estudo se baseia numa abordagem de rastreamento de processos, oferecendo uma análise aprofundada dos acontecimentos que se desenrolaram e das relações de causalidade estabelecidas entre eles. Com base em dados coletados a partir de entrevistas com agentes-chave envolvidos tanto na proposta quanto na resistência às reformas, o estudo segue a abordagem narrativa cronológica, que descreve os momentos-chave do processo político<sup>3</sup>. Essa abordagem ajudou a identificar os fatores-chave que contribuíram para o sucesso dos protestos nas Ilhas Baleares. O estudo destaca o papel crítico da construção de alianças, o repertório de ações disruptivas e controversas e a construção de pontes entre diferentes enquadramentos (*frame-bridging*) para explicar o sucesso desse movimento.

## O contexto político: a política da educação em tempos de austeridade

Em resposta às medidas de austeridade e às controversas reformas na educação, que estavam sendo implementadas em vários níveis, novos movimentos ativistas tomaram forma nas Ilhas Baleares. O governo do PP na região autônoma, sentindo-se apoiado pelo ambiente político internacional e nacional daquele momento, não só cumpriu as prerrogativas de austeridade vindas de Madrid e Bruxelas, como também as intensificou. O governo regional, presidido por José Ramón Bauzá, havia vencido as eleições regionais de 2011 por ampla maioria, prometendo a “legislatura das rodovias educacionais”, o que implicava a priorização da causa educacional (ARA BALEARS, 26/02/2015). No entanto,

na prática, priorizou o cumprimento das metas de redução do déficit público. Desde o início de seu mandato, anunciou cortes no setor público que seriam particularmente severos para a educação, afetando em especial as condições de trabalho dos/das professores/as e as oportunidades da população estudantil mais desfavorecida.

O governo das Ilhas Baleares, em sua ânsia por obter a aprovação do governo conservador espanhol, abriu outra frente política ao tomar suas próprias medidas contra o uso predominante da língua catalã nas escolas e em outras instituições públicas. O governo, alegando apoiar o ‘trilinguismo’ na educação, introduziu o Decreto de Tratamento Integrado das Línguas – TIL, que reduziu a presença do catalão nas salas de aula e foi visto como um passo preliminar para que as famílias escolhessem a língua de instrução. Com essa medida controversa, a política de língua de instrução do governo regional ecoou a abordagem recentralizadora do governo espanhol e a política linguística da LRE LOMCE (VERGER *et al.*, 2020). Tais mudanças marcaram um afastamento acentuado da política de longa data das Ilhas Baleares que promovia o catalão como língua comum de ensino — uma abordagem fundada inicialmente com a Lei de Normalização Linguística de 1986 e posteriormente consolidada pelo Decreto de Mínimos na Educação de 1997. Essas políticas tinham contado com o apoio de todos os principais partidos políticos, incluindo o PP.

Em resposta a todas essas reformas, entre 2013 e 2015, as Ilhas Baleares viveram um dos períodos mais intensos de mobilização social das últimas décadas. Essa mobilização foi canalizada por meio de inúmeras ações coletivas com grande apoio popular, que incluíram a convocação de uma greve por tempo indeterminado no setor educacional, seguida por uma manifestação de amplitude sem precedentes.

Esta investigação mostra como, nesse contexto turbulento, a mobilização social provocou o surgimento de novos/as sujeitos/as políticos/as, mudanças políticas significativas e revela os fatores que contribuíram para sua relevância política.

### **Investigando movimentos educacionais: abordagem teórica e metodológica**

Em termos teóricos, este estudo segue as principais premissas da abordagem do processo político (TARROW, 2022; DELLA PORTA & DIANI, 2006). Ao integrar diferentes teorias dos movimentos sociais, esta abordagem visa capturar de modo abrangente os fatores estruturais, organizacionais e ideacionais que intervêm nas ações e repercussões dos movimentos sociais. Uma primeira dimensão analítica da abordagem inclui a estrutura das oportunidades políticas (HAY, 2002; MCADAM, 1996; TARROW, 2022), ou seja, os valores dominantes, as relações e hierarquias entre diferentes agentes políticos/as e sociais, e as condições políticas sistêmicas, relacionais e temporais que podem favorecer (ou impedir) o sucesso da ação coletiva (KITSCHOLT, 1986).

A segunda dimensão da análise da abordagem inclui as funções de produção simbólica e enquadramento dos/das agentes coletivos/as. De acordo com David Snow e Robert Benford (1988), podemos distinguir três tipos de enquadramentos de ação coletiva: enquadramentos diagnósticos (identificação do problema), enquadramentos motivacionais (o chamado a agir) e enquadramentos prognósticos (soluções de políticas públicas), que são fundamentais nos processos de mobilização social. Os enquadramentos servem como mediadores entre o contexto, as estruturas organizacionais e as práticas, e facilitam à população “localizar, perceber, identificar e rotular” os acontecimentos da vida cotidiana (SNOW *et al.*, 1986, p. 464).

Os repertórios de ação coletiva (TARROW, 2022) são a terceira dimensão da abordagem do processo político. Eles são fundamentais para comunicar as demandas dos movimentos sociais e pressionar os governos e outras instâncias envolvidas a atendê-las. Dado que a ação dos movimentos sociais é condicionada por fatores ideológicos, bem como por restrições organizacionais e contextuais, os movimentos sociais podem escolher entre uma ampla gama de repertórios de ação, conforme a conjuntura política. Entre eles estão repertórios convencionais (manifestações e greves), não convencionais (boicotes, performances, ocupações de instituições), assim como repertórios de ação de sensibilização (através de manifestos, redes sociais etc.) (VERGER & NOVELLI, 2012). Em suma, a abordagem do processo político nos fornece ferramentas conceituais e analíticas para investigar processos sociopolíticos complexos de contestação mediados por uma relação dialética entre estrutura e agência, que condicionam as ações e o impacto dos movimentos sociais.

Em termos metodológicos, o estudo de caso se baseia em 20 entrevistas semiestruturadas com pessoas que tiveram uma atuação decisiva. Seguimos uma estratégia de amostragem intencional (PATTON, 2002) por meio da qual selecionamos pessoas envolvidas no processo de reforma, incluindo funcionários/as de alto escalão do Departamento de Educação e membros dos partidos políticos no parlamento, inspetores/as, associações de pais e mães, lideranças de grupos de pressão e entidades culturais, especialistas em língua e literatura catalãs, ativistas de movimentos sociais como a Plataforma pela Defesa da Universidade Pública – PUDUP, a Plataforma Crida e lideranças ativistas da Assembleia Docente. Além disso, empreendemos uma análise documental de comunicados à imprensa, editoriais e notícias (n = 622) publicados durante o período de 2013 a 2015 nos principais jornais nacionais e regionais (*El Mundo, El País, El Diario de Mallorca, Última Hora, Ara Balears e El Periódico de Ibiza y Formentera*). As matérias da imprensa foram obtidas a partir da base de dados MyNews e cobrem o período de 09/2013 a 09/2014. Seguindo o método de rastreamento de processos (BEACH & PEDERSEN, 2013), a análise documental (N = 13) e da imprensa serviu para sistematizar e identificar os/as agentes e acontecimentos chave do processo político. A análise dos documentos e das entrevistas seguiu uma abordagem de codificação flexível, combinando códigos dedutivos

e emergentes (DETERDING & WATERS, 2021) que foram desenvolvidos iterativamente durante o processo analítico. Os códigos (ver Tabela A1, no Apêndice) buscaram identificar o papel das condições estruturais e do contexto na promulgação da reforma, assim como os quadros discursivos e os repertórios de ação coletiva empregados pela Assembleia Docente para promover suas demandas e resistir à reforma educacional promulgada pelo governo conservador.

## Resultados

As principais conclusões do estudo estão organizadas de acordo com as principais fases que identificamos no conflito: 1) *Agitação crescente entre as comunidades da educação*; 2) *O surgimento de um novo agente coletivo*; 3) *Escalada do conflito*; 4) *Protesto social em massa*; 5) *Pacificação e mudança no governo*. Cada etapa foi meticulosamente analisada para revelar sua dinâmica única. A cada etapa, identificamos elementos contextuais críticos, os/as agentes de relevância envolvidos/as, suas narrativas e as táticas específicas de protesto que empregaram para combater as reformas conservadoras. As conclusões dão atenção especial aos papéis desempenhados por fatores sistêmicos e relacionais no processo de mobilização, bem como ao uso eficaz de práticas de comunicação estratégica e de aproximação de pontos de vista. O sucesso do movimento, como mostraremos, também pode ser atribuído à implementação de repertórios disruptivos e inovadores de ação coletiva. Juntos, esses elementos se mostraram essenciais para mobilizar o público e catalisar a mudança.

### Fase 1: Agitação crescente entre as comunidades da educação

No verão de 2012 o governo das Ilhas Baleares intensificou suas medidas de austeridade no setor da educação ao demitir cerca de 600 professores/as temporários/as e reduzir substancialmente os recursos disponíveis para as escolas (nos programas de atenção à diversidade, reforço escolar, subsídios para refeitórios etc.), o que afetou particularmente alunos/as mais desfavorecidos/as. Em resposta a esses cortes, no início do ano letivo de 2012-2013, uma campanha educacional comunitária, a Plataforma Crida<sup>4</sup>, decidiu intensificar sua atividade (AICART & BARCELÓ, 2023). A Plataforma Crida havia sido criada alguns meses antes, em resposta às medidas de austeridade, por um grupo de pais e mães com filhos/as matriculados/as em três escolas públicas desfavorecidas, onde os efeitos dos cortes se fizeram sentir de forma mais aguda. O objetivo inicial dessa organização era dar visibilidade à insatisfação com os cortes que estavam ocorrendo no setor público e, especialmente, na educação.

Os/As ativistas que compunham a plataforma perceberam a necessidade de se equiparem com alguma ferramenta de visibilidade comunitária para socializar suas demandas, sensibilizar a população e divulgar futuras campanhas e ações. Foi assim que surgiu a ideia de fazer uma camiseta verde com a imagem de um funil, que se tornou um símbolo bastante popular. De acordo com um dos líderes ativistas da Plataforma Crida, esse símbolo tem duplo significado: *“Serve para proclamar como um megafone e serve para dizer que não queremos passar pelo funil que são as medidas de austeridade”* (entrevista 13, ativista da Plataforma Crida).

No início do ano letivo 2012-2013, a Plataforma Crida, emulando movimentos anti-austeridade em outras regiões espanholas (MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2019; PORTOS, 2016), promoveu uma campanha contra a aprovação do Programa Geral Anual das escolas pelos conselhos escolares. Para motivar a participação cidadã, a plataforma utilizou um enquadramento motivacional (SNOW & BENFORD, 1988) que alude às possibilidades reais de mudança – *“Se quisermos, podemos dizer que basta”* –, que partilha elementos discursivos com outros movimentos sociais, como a Plataforma das Vítimas das Hipotecas (BARRANCO & PARCERISA, 2020). A campanha contou com o apoio de uma comissão jurídica que orientou a Crida quanto à viabilidade legal de generalizar suas ações. No entanto, no momento de aderir à campanha, em algumas escolas surgiram tensões com as equipes de gestão, pois havia receio de represálias por parte do Departamento de Educação das Ilhas Baleares (entrevista 13, ativista da Plataforma Crida). No final de novembro de 2012, a Plataforma Crida organizou ações disruptivas nas escolas.

Conforme mostrado na Figura 1, os *sit-ins*, ou ‘protestos sentados’, que foram organizados tiveram alto nível de participação. Um ativista da Plataforma Crida sugere que essa ação pressionou o governo conservador devido ao número de escolas e a diversos/ as agentes da comunidade educacional envolvidos/as no protesto.

*“Nosso objetivo era fazer sit-ins e passar a noite [na escola]. Ficamos na escola. [...] nossa hashtag se espalhou [...] pela comunidade da educação, pelas famílias [...], estávamos com os/las professores/as na escola. Claro que foi brutal, fizemos um mapa dos protestos e quase todas as escolas de Maiorca estavam no mapa porque algumas tinham feito e lido um manifesto, as outras ... era muito movimentado, outras fizeram jantares nas escolas, outras fizeram shows”* (entrevista 13, ativista da Plataforma Crida)

Durante esse período os protestos contra a austeridade foram combinados com iniciativas contra a conservadora LRE LOMCE. Em meados de dezembro de 2012, três dos principais sindicatos docentes (STEI-i, FETE-UGT e FE-CCOO<sup>5</sup>) organizaram protestos contra o projeto de lei da reforma LOMCE, que foi coordenado pela Plataforma em Defesa das Escolas Públicas em nível nacional e teve amplo apoio das escolas públicas (STEI-I, 13/12/2012).

Figura 1: Mapa das escolas participantes nos protestos organizados pela plataforma Crida



Fonte: Media.cat (28/11/2012).

## Fase 2: O surgimento de um novo agente coletivo

Após os protestos descritos, e com o objetivo de minar o seu potencial simbólico, o governo das Ilhas Baleares promulgou dois projetos de lei. Primeiro, a chamada “lei dos símbolos”, que previa a aplicação de sanções econômicas às escolas que exibissem símbolos não oficiais (ARA BALEARS, 26/07/2013) e segundo, a “lei da coexistência”, que buscava regulamentar o regime de direitos e deveres do funcionalismo público (diretores/as e professores/as). Essa última previa “*sanções aos/las professores/as por comportamentos [...] como expressar ideias políticas*” (entrevista 21, liderança sindical de professores/as), usar camisetas verdes ou se manifestar abertamente contra os cortes (entrevista 20, liderança sindical de professores/as). Ambas as medidas visavam combater diretamente a rejeição de toda a comunidade da educação, mas enfrentaram respostas críticas de agentes que não costumam confrontar o poder, como os/as inspetores/as escolares (entrevista 15, inspetor/a escolar). Esses projetos de lei controversos contribuíram para aumentar o apoio político ao protesto (SHIFFMAN & SMITH, 2007).

As duas iniciativas descritas acima foram complementadas por um terceiro projeto de lei, o Decreto do Tratamento Integrado da Língua – TIL, que se tornou o centro do debate sobre a educação e a medida mais controversa do pacote de reformas conservadoras. De acordo com um/uma representante da associação de diretores/as, com esse Decreto pretendia-se *“dedicar um terço do currículo a cada idioma”* (entrevista 18, representante da Associação de Diretores/as), para marginalizar a presença da língua catalã na sala de aula. Essa percepção foi amplamente compartilhada pela comunidade da educação e favoreceu o surgimento de disposições críticas em relação à promulgação do TIL entre a comunidade educacional.

O Ministro Regional da Educação – MRE na época, Rafael Bosch, era a favor da implementação gradual do modelo multilíngue e considerava que o plano deveria ser avaliado antes de sua implementação ampla. O Ministro pensava que uma implementação gradual do Decreto poderia diminuir a resistência potencial. No entanto, a pressão do setor conservador-centralista do Partido Popular – PP e de organizações de direita da sociedade civil, como o Círculo Balear, conseguiu acelerar a reforma. Essas forças argumentaram que se a implementação fosse gradual, *“chegariam ao fim da legislatura e não conseguiriam ver os benefícios do Decreto [TIL]”* (entrevista 22, ex-funcionário de alto escalão do Departamento de Educação).

Diante dessa situação, o Ministro da Educação das Ilhas Baleares aceitou acelerar o processo, mas também introduziu uma disposição no Decreto TIL (o Artigo 20) que deu flexibilidade e autonomia às escolas para adaptar seus projetos linguísticos aos objetivos da reforma. Nas palavras do mesmo funcionário de alto escalão do Departamento de Educação das Ilhas Baleares, o Artigo 20 representava a garantia da *“paz linguística”* (entrevista 22), mas isso não ia durar muito tempo. O Decreto TIL coincidiu com um período de grandes dificuldades para o setor da educação, que em 2013 passou pelo corte de 1.263 professores/as, além de sofrer com a crescente precariedade das condições de trabalho e a redução gradual dos orçamentos de cada escola. Apesar disso, em 12 de fevereiro de 2013 foi apresentada uma segunda versão do Decreto, recebida com indignação pelos/as professores/as. O projeto TIL previa a criação de quotas linguísticas (40% de catalão, 40% de espanhol e 20% de inglês, aproximadamente), por meio das quais as horas de ensino seriam distribuídas. O plano era começar a aplicar o decreto no ano letivo de 2013-2014 na educação infantil, em três séries do ensino fundamental (1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup>) e no primeiro ano do ensino médio. No entanto, professores/as, especialistas e a própria Universidade das Ilhas Baleares – UIB questionaram seu conteúdo do ponto de vista da qualidade educacional (GUERRERO, 2015). O próprio ex-funcionário de alto escalão do Departamento de Educação já citado fez eco a algumas críticas que questionavam a viabilidade de sua implementação no contexto de austeridade:

*Para ensinar em inglês, [...] precisávamos [...] de mais recursos. 2011, 2012 e 2013 foram anos de ajustes econômicos. Renovamos menos professores/las temporários/las, tínhamos menos professores/las. Portanto, numa situação de prosperidade econômica, certamente haveria mais apoio educacional, mais professores/las de inglês; por que esperar até 2013 para abordar isso? Porque nos anos letivos de 2011-12 e 2012-13 as escolas sofreram e têm menos recursos [...] com os ajustes [...] feitos em todas as escolas, não podemos fazer milagres” (entrevista 22).*

O ex-funcionário reflete sobre as dificuldades de implementar um plano linguístico ambicioso num contexto marcado por medidas de austeridade. Além disso, ele também considera que implementar um plano tão ambicioso nesse contexto pode gerar controvérsia política, pois implica gastar uma grande quantidade de recursos na contratação de professores/as de inglês, enquanto, ao mesmo tempo, o governo cortava verbas em outras medidas importantes voltadas para a equidade, como atenção à diversidade, reforços etc. (entrevista 22).

Em fevereiro de 2013 houve um aumento substancial das críticas ao decreto por parte de partidos políticos, sindicatos docentes, especialistas em educação, pedagogia e filologia, organizações de pais/mães e diretores/as de escolas. No entanto, o controverso Decreto TIL (DECRETO 15/2013, de 19 de abril) entrou em vigor no final de abril do mesmo ano (GUERRERO, 2015).

Diante da aprovação iminente do Decreto TIL, em março de 2013 ocorreram múltiplas mobilizações setoriais. Elas denunciaram tanto a política de língua de instrução do governo das Ilhas Baleares (STEI-I, 03/09/2013) quanto as políticas de ajuste estrutural. Para promover a participação dos/das cidadãos/ãs e das comunidades escolares no protesto, os sindicatos abriram seu manifesto com o slogan “Parem com a repressão e os cortes do governo! Agora é a nossa vez de lutar!”. Em discursos, os sindicatos docentes enfatizaram diferentes queixas, como as novas leis de repressão (lei de coexistência), os ataques contra o uso da língua catalã nas escolas (principalmente por meio do Decreto TIL) e em outras esferas da administração pública, assim como os cortes gerais no setor público, que significaram tanto a redução no número de professores/as contratados/as quanto a piora das condições de trabalho dos/as professores/as em várias áreas.

Nesse contexto surgiu um novo agente coletivo, a Assembleia Docente. Ela foi constituída numa assembleia da qual participaram cerca de 50 porta-vozes de diferentes escolas (GUERRERO, 2015). De acordo com vários/as ativistas, entre os/as participantes estavam professores/as filiados/as a sindicatos (por exemplo, STEI-i e CCOO) e partidos políticos, membros de movimentos de renovação pedagógica e um grupo de professores/as sem experiência militante anterior, que decidiram se juntar à Assembleia Docente porque precisavam expressar seu descontentamento com as políticas do governo (entrevista 3, ativista da Assembleia Docente). Assim, a Assembleia Docente foi promovida inicialmente por sindicatos e reuniu ativistas com trajetórias, níveis de especialização e perfis diversos. Em alguns casos, essas pessoas já eram filiadas a outros sindicatos docentes.

Para dar espaço a novas lideranças, os sindicatos ofereceram responsabilidades de moderação da assembleia a ativistas de base e a não sindicalizados/as. Esse tipo de gesto foi fundamental, pois possibilitou melhorar a coesão interna e a eficácia organizacional da assembleia (entrevista 1, ativista da Assembleia Docente). No entanto, nessa fase de efervescência política, nenhum/a agente conseguiu canalizar e mobilizar a agitação social acumulada.

Do outro lado do conflito, o Círculo Balear, um lobby conservador sindical, pressionou o governo pelos meios de comunicação social para forçar a demissão do Ministro da Educação, o qual foi apontado como responsável pelo adiamento da implementação do TIL e por colocar obstáculos à escolha livre da língua por parte das famílias (GUERRERO, 2015). De acordo com o líder do lobby conservador, o ministro Bosch *“estava muito relutante em aplicar este decreto de trilinguismo”* (entrevista 08, 20 de abril de 2015). A introdução do artigo 20 no Decreto TIL pelo Ministro Regional da Educação dificultou a implementação em larga escala do programa trilingue, e o descontentamento que isso gerou entre as facções sindicalistas precipitou a demissão do Ministro da Educação (entrevista 14, liderança da associação de pais/mães; entrevista 15, inspetor/a escolar).

### Fase 3: Escalada do conflito

A transição na liderança do Departamento de Educação das Ilhas Baleares marcou o início de uma era caracterizada pelo aumento da tensão e do conflito. Ao contrário do ministro regional da Educação demitido, Rafael Bosch, que tinha uma longa carreira na área da educação, a nova ministra, Joana Maria Camps, vinha da Direção Geral do Trabalho e só tinha experiência no setor imobiliário. Conforme observado por um representante da Associação de Inspetores/as, a nova ministra foi escolhida apenas para garantir a implementação do Decreto TIL (entrevista 16, inspetor/a escolar).

A maioria dos conselhos escolares aderiu ao Artigo 20 da TIL para evitar a implementação total do Decreto (GUERRERO, 2015). Nesse contexto, o Secretário Regional da Educação instou os/as diretores/as das escolas a distribuírem as horas letivas de forma equilibrada entre as duas línguas oficiais (catalão e espanhol) e a prepararem o Projeto Linguístico da Escola (entrevista 18, representante da associação de diretores/as; GUERRERO, 2015). No entanto, essas primeiras instruções acarretaram muitos problemas legais. A primeira delas, ditada pela Secretaria, *“emitiu uma norma que tenta modificar um decreto que é uma norma de nível superior”* (entrevista 18, representante da Associação de Diretores/as), enquanto a segunda violava a Lei Orgânica da Educação Espanhola, que estabelece que os responsáveis pela aprovação dos Projetos Linguísticos são os conselhos escolares. Devido a essas infrações legais, a Associação de Diretores/as de Escolas Secundárias de Maiorca e o principal sindicato de professores/as entraram com um recurso contra a Secretaria Regional de Educação, que ganhou grande repercussão. Além

disso, o grupo dos três principais sindicatos docentes também apresentou recursos contenciosos com o objetivo de paralisar e/ou adiar a aplicação do decreto (GUERRERO, 2015, p. 54).

### **Deliberando sobre e definindo repertórios de ação coletiva**

Paralelamente a esses desenvolvimentos jurídicos, a Assembleia Docente promoveu assembleias descentralizadas nas escolas. Com a escalada do conflito, a proposta de uma greve por tempo indeterminado começou a circular entre os/as professores/as (entrevista 3, ativista da Assembleia Docente). Em 4 de junho de 2013, após inúmeras assembleias e deliberações em vários níveis, a Assembleia Docente concordou — embora com grande relutância e até mesmo oposição dos sindicatos docentes — em organizar uma greve por tempo indeterminado (GUERRERO, 2015). Os principais sindicatos estavam apreensivos quanto à adoção de greve por tempo indeterminado como estratégia de protesto. Eles citaram preocupações com os custos pessoais e coletivos envolvidos nesse tipo de ação coletiva disruptiva, bem como os desafios em manter tal curso de ação por um período prolongado. As lideranças acreditavam que para realizar uma greve sem prazo definido era preciso “mais pedagogia” entre a comunidade educacional, para deixar mais claro o que isso implicava. Além disso, consideravam que entrar em greve por tempo indeterminado não poderia ser resultado de uma decisão “*espontânea e visceral*” (entrevista 5, liderança do Sindicato dos/as professores/as).

Em contrapartida, a maioria dos membros da Assembleia era a favor da greve por tempo indeterminado. Essa preferência decorria de uma sensação crescente de inquietação e frustração, após dois anos de mobilização durante os quais o governo se manteve inflexível. Entre os/as professores/as prevalecia a opinião de que ações coletivas moderadas, como greves de um dia ou manifestações, não seriam suficientes para exercer a pressão necessária sobre o governo. Consequentemente, houve uma mudança perceptível nas opiniões no que diz respeito a formas mais radicais de ação, caso a mudança desejada tivesse que ser implementada (entrevista 1, ativista da Assembleia Docente). Conforme declarado por um/uma dos/das entrevistados/as, inicialmente os sindicatos docentes não apoiaram a greve por tempo indeterminado porque “*não consideraram o suficiente o potencial simbólico e emocional da mobilização social do momento*” (entrevista 19, liderança sindical de professores/as).

Os/As ativistas da Assembleia Docente não se deixaram desanimar pelas opiniões das lideranças sindicais e sentiram que tinham de se esforçar para criar as circunstâncias que levassem ao apoio maciço à greve por tempo indeterminado. Realizaram pesquisas nas escolas para avaliar a possibilidade de sucesso da greve por tempo indeterminado, e os resultados apontaram para o grande potencial de adesão, mesmo se a greve ainda não tinha sido convocada formalmente:

*No dia seguinte à votação da Assembleia para entrar em greve por tempo indeterminado, cheguei à minha escola e disse: “Senhores/as, em setembro não vamos retomar” [...] Curiosamente, o número de pessoas que, dias antes, haviam dito que fariam [greve] aumentou. Portanto, [...] essas indicações não garantem nada, mas são [uma fonte de motivação] para trabalhar (entrevista 1, ativista da Assembleia de Professores).*

Como apontado acima, de acordo com os/as ativistas da Assembleia Docente, havia a expectativa de que a convocação para a greve tivesse efeitos performativos, servindo de gatilho motivacional para a ação.

## **Rumo a uma greve por tempo indeterminado**

Uma vez tomada a decisão de entrar em greve por tempo indeterminado, os membros da Assembleia começaram a investigar e a aprender com experiências anteriores do movimento sindical com greves da mesma modalidade. Inspiraram-se especialmente nas greves do Porto de Barcelona na década de 1970 e nas greves anteriores de professores/as na Espanha na década de 1980. Também entrevistaram antigas lideranças sindicais com experiência nessas ações. Nas entrevistas e nos documentos de arquivo, identificaram dois elementos-chave para explicar o sucesso das mobilizações anteriores: o contato e a proximidade com gente comum. A Assembleia Docente também recebeu apoio jurídico de dois sindicatos minoritários de professores/as da esquerda radical a respeito de como organizar o comitê de greve, das possíveis consequências jurídicas de diferentes tipos de ações e de como minimizar os custos repressivos do protesto educacional (entrevista 1, ativista da Assembleia Docente), por exemplo, através da criação de um fundo de resistência (entrevista 3, ativista da Assembleia Docente).

Para anunciar a greve por tempo indeterminado, a Assembleia Docente concordou em realizar um grande evento em 26 de junho de 2013, que também serviu para organizar uma ampla gama de atividades e ações para angariar apoio social. Esse evento teve grande participação e impacto significativo na imprensa. Em termos de comunicação, a Assembleia Docente era habilidosa no uso das redes sociais (entrevista 21, ativista do PUDUP) e adotou uma nova forma de comunicação, mais ágil, mais personalizada e mais eficaz para motivar os/as professores/as a participarem da ação coletiva do que a comunicação sindical ‘tradicional’. A citação a seguir mostra o que aconteceu quando as lideranças sindicais entregaram a gestão da comunicação aos/as ativistas de base da Assembleia Docente:

*Então, começamos a fazer o quê? Gerenciar a comunicação, responder a todos os e-mails e construir um relacionamento personalizado [com os/as professores/as]. [...] Bem, convocamos uma assembleia para discutir a greve [...], e [as lideranças sindicais] disseram que ninguém viria. Ao fim, porém, tivemos mais de 100 participantes. Organizamos outra assembleia e compareceram 200 pessoas (entrevista 1, ativista da Assembleia Docente).*

Como indicado acima, essa estratégia comunicativa usada pelos/as ativistas da Assembleia Docente foi fundamental para motivar os/as professores/as a participarem das assembleias e reuniões.

Em meados de julho os/as diretores/as das escolas receberam do Departamento de Educação das Ilhas Baleares os pareceres negativos quanto a seus Projetos Linguísticos Escolares, junto a um relatório elaborado pela Inspeção de Educação e instruções do Secretário de Educação, concedendo cinco dias para que as escolas modificassem os Projetos Linguísticos (entrevista 18, representante da associação de diretores). A maioria das escolas primárias (59%) e secundárias (91%) se encontrou nessa situação (GUERRERO, 2015). No entanto, muitos conselhos escolares e professores/as rejeitaram a ordem oficial e decidiram desobedecer ao Departamento de Educação das Ilhas Baleares, não desenvolvendo o projeto linguístico (entrevista 13, ativista da plataforma Crida). Os/As diretores/as das escolas ficaram sujeitos/as a pressões externas e até mesmo a sanções, a ponto de alguns/algumas decidirem se demitir (GUERRERO, 2015). Os processos contra os/as diretores/as apenas aumentaram o mal-estar entre a comunidade escolar e fizeram com que a greve por tempo indeterminado ganhasse ainda mais adesão e apoio dos/as professores/as.

No início de agosto a Assembleia Docente solicitou formalmente uma reunião com o Ministro da Educação para iniciar um processo de negociação sobre suas reivindicações (ver Tabela A1 no Apêndice). Discursivamente, os três pilares dos quadros prognósticos eram os cortes, a diretriz da língua de instrução e a liberdade de expressão, assim como a revogação da LRE LOMCE (entrevista 3, ativista da Assembleia Docente). A configuração desse conjunto de reivindicações provocou debates intensos dentro da Assembleia Docente. Alguns/umas ativistas eram a favor de restringir as reivindicações e se concentrar em menos pontos (de natureza social ou linguística). No entanto, a maioria dos/das professores/as optou por construir um conjunto amplo e incluyente de reivindicações, o que discursivamente lhes permitiu canalizar grande parte da agitação latente na sociedade (entrevista 2, ativista da Assembleia Docente).

Apesar das múltiplas manifestações de descontentamento e da existência de um grande número de protestos setoriais, nenhum movimento social tinha conseguido reunir as diferentes lutas setoriais contra a política do governo das Ilhas Baleares até aquele momento. Com a elaboração de um conjunto de amplas demandas, a Assembleia Docente queria se tornar um catalisador e unificador da mobilização social para além da educação (entrevista 10, ativista do PUDUP). Com a decisão de estabelecer pontes entre os quadros de ação coletiva, ou *frame-bridging* (SNOW *et al.*, 1986; BENFORD & SNOW, 2000), conseguiu-se somar as múltiplas demandas e os motivos de descontentamento presentes na sociedade, o que foi crucial para compreender a capacidade extraordinária de mobilização social da Assembleia Docente.

Entre o final de agosto e o início de setembro foram realizados novamente eventos e assembleias em massa, e professores/as das várias Ilhas Baleares decidiram apoiar a greve por tempo indeterminado. Ao mesmo tempo, os sindicatos exploravam vias de negociação com o Departamento. No entanto, uma reunião realizada entre ambas as partes em 2 de setembro terminou sem um acordo, motivo que levou os principais sindicatos docentes a entrarem em greve por tempo indeterminado – embora tenham feito a sua própria chamada, à parte da Assembleia Docente (GUERRERO, 2015). Essa convocação da parte dos sindicatos docentes à greve por tempo indeterminado aumentou a legitimidade pública e institucional do protesto contra a reforma.

#### **Fase 4: Protesto social em massa**

O início do ano letivo de 2013-2014 estava se aproximando, e a atividade política estava frenética com o registro simultâneo de duas convocações a uma greve por tempo indeterminado. Em 3 de setembro de 2013, os dois principais sindicatos docentes registraram a primeira convocatória, sendo que a greve deveria começar em 13 de setembro. Os sindicatos decidiram, estrategicamente, estender a convocatória para uma greve por tempo indeterminado ao setor de escolas privadas subsidiadas para aumentar a pressão sobre o governo (entrevista 7, liderança sindical de professores/as). Dois dias depois a Assembleia Docente formalizou sua convocação para uma greve por tempo indeterminado, a partir de 16 de setembro (ÚLTIMA HORA, 05/09/2013). Inicialmente, embora ambas as greves lutassem por objetivos semelhantes, essa ação possibilitou que a Assembleia Docente tivesse seu próprio comitê de greve e fosse reconhecida como um agente político autônomo.

A ação dos sindicatos na frente jurídico-legal contra os regulamentos promulgados pelo governo avançou em paralelo e foi especialmente eficaz no caso do Decreto TIL. Assim, os recursos contenciosos que os sindicatos apresentaram se tornaram efetivos, e o Tribunal Superior de Justiça das Ilhas Baleares decidiu executar a suspensão cautelar do Decreto TIL devido aos erros formais encontrados no processo de aprovação das instruções para sua aplicação. Da mesma forma, as instruções preparadas pela Secretaria de Educação das Ilhas Baleares também foram suspensas. Os sindicatos docentes tiveram um papel fundamental na mobilização da Assembleia Docente. Suas ações na frente jurídico-legal foram particularmente eficazes durante o processo político.

Diante dessa situação, o governo das Ilhas Baleares decidiu responder com a aprovação de um novo decreto-lei que obrigava as escolas a aplicarem o Decreto TIL, evitando assim o cumprimento da suspensão cautelar ordenada pelo Tribunal de Justiça (GUERRERO, 2015). A aprovação desse último Decreto-Lei serviu como um gatilho ainda maior para a agitação social acumulada desde o início da legislatura e desencadeou uma onda de solidariedade e apoio social aos/às professores/as. Também fez com que muitos/as

professores/as que ainda estavam hesitantes decidissem participar da greve (entrevista 7, liderança sindical dos/as professores/as).

Em 12 de setembro todas as opções para evitar a greve haviam se esgotado, e o diálogo social realizado no Conselho do Setor Educacional foi definitivamente rompido. Pouco depois, as associações de pais e mães expressaram seu apoio à luta dos/das professores/as. Teve início um ano letivo anormal, marcado pela iminência da greve por tempo indeterminado. Então, durante três semanas (de 16 de setembro a 7 de outubro), as escolas paralisaram completamente suas atividades acadêmicas e passaram por atividade política frenética, organizando ações de protesto e realizando assembleias diárias. Ao longo dessas semanas, houve várias manifestações de massa (GUERRERO, 2015). A greve começou com 90% de adesão no primeiro dia e teve amplo apoio até o fim (entrevista 7, liderança sindical dos/as professores/as). Na segunda semana do protesto, a participação na greve diminuiu, *“mas as escolas permaneceram fechadas”*. De acordo com Iñaki Aicart e Guillem Barceló, em 26 de setembro,

os dois comitês [o comitê formado pelos sindicatos docentes e o comitê organizado pela Assembleia Docente] foram convocados para uma negociação com o Ministro [da Educação], que nunca demonstrou qualquer intenção de chegar a um acordo. Eles sempre afirmaram que estavam interessados apenas num acordo global e não em fechar pontos que fossem de fácil concordância (AICART & BARCELÓ, 2023, p. 239).

A esse respeito, os/as professores/as ativistas sentiram que o ministro os/as convocara para negociações em resposta a pressões externas da imprensa e da opinião pública, mas não estava interessado em realizar uma negociação para chegar a um acordo político comum. Para evitar o chamado problema do *free rider* – “aproveitador” ou “carona” (MOORE, 1995) – os/as ativistas buscaram estratégias para gerar incentivos que facilitassem a adesão dos/das professores/as mais hesitantes ou menos motivados/as a participarem da ação coletiva (entrevista 2, ativista da Assembleia Docente). A esse respeito, um dos entrevistados sugere que eles/elas tentaram:

*“conseguir o maior número de participantes, criar estratégias também nas escolas para que, talvez, aqueles/as que estavam menos motivados/as, [...] pudessem ter a possibilidade de fazê-lo sem ter que ir para o outro lado [o dos oponentes], entende? Brincando com o comprometimento mínimo [...]: ‘tudo bem se você não puder fazer greve todos os dias, mas vamos ver quantos dias você poderia fazer greve? E vamos fazer’. Entende? Tentando buscar a conciliação nesse sentido”* (entrevista 2, ativista da Assembleia Docente).

A citação apresentada acima ilustra a relevância das táticas micropolíticas que a Assembleia Docente empregou para maximizar a participação na greve e minimizar as tensões dentro das escolas. Essas táticas reduziram significativamente os custos de participação na ação coletiva para os/as mais hesitantes em se envolver nesse tipo de protesto e, ao mesmo tempo, facilitaram o estabelecimento de alianças com agentes políticos/as relevantes.

As práticas de formação de alianças entre movimentos sociais são fundamentais para maximizar a influência da ação coletiva no processo político (BEAMISH & LUEBBERS, 2009). No caso da greve por tempo indeterminado convocada pela Assembleia Docente, as alianças forjadas entre organizações docentes e outros agentes coletivos, como organizações estudantis e associações de pais e mães, foram vitais para sustentá-la e reduzir os custos para os/as participantes. No contexto de uma greve de professores/as por tempo indeterminado, é comum que os interesses de pais/mães e de professores/as não coincidam (NARODOWSKI *et al.*, 2016). No entanto, no caso do conflito educacional nas Ilhas Baleares, a falta de diálogo e as medidas de austeridade promulgadas pelo governo conservador motivaram os pais e as mães a organizarem uma campanha chamada *Salas de Aula Vazias*, para apoiar os/as professores/as em greve. Essa campanha conseguiu que os/as alunos/as não fossem à escola para permitir que os/as professores/as mantivessem a greve (entrevista 14, líder da associação de pais/mães). Da mesma forma, o apoio de figuras públicas e artistas renomados/as ao fundo de resistência foi significativo. Em torno disso gerou-se um movimento de solidariedade avassalador e transversal (entrevista 15, inspetor/a escolar; entrevista 18, representante da associação de diretores/as; entrevista 1, ativista da Assembleia Docente; entrevista 3, ativista da Assembleia Docente) que ultrapassou as fronteiras administrativas autônomas, expandindo-se rapidamente para outras regiões. De acordo com vários/as entrevistados/as, a organização do fundo de resistência para enfrentar os custos econômicos da mobilização gerou um movimento ainda maior de solidariedade com o protesto, em que artistas importantes fizeram doações de suas obras para arrecadar fundos, o que aumentou ainda mais a reputação do movimento (entrevista 9, representante de associação cultural).

O aumento dos protestos sociais e o sucesso da greve por tempo indeterminado exerceram grande pressão sobre o partido conservador, que passou por divisões internas. As prefeituras locais do PP em áreas rurais, onde a língua catalã é amplamente utilizada, afastaram-se da política linguística do partido. Vários municípios aprovaram moções simbólicas rejeitando o Decreto TIL, muitas vezes com o apoio ou a abstenção dos/das prefeitos/as e vereadores/as do partido conservador. Essas divisões internas também se espalharam para a imprensa, onde alguns membros do partido conservador emitiram declarações para pressionar o governo a negociar com os/as professores/as. Apesar da relutância inicial do Departamento de Educação em entrar em negociações com os comitês de greve, o governo finalmente cedeu, quatro dias antes da convocação para uma manifestação que, se suspeitava, seria gigantesca. No entanto, a proposta do governo não satisfaz os comitês de greve (GUERRERO, 2015).

O clímax do protesto ocorreu com a enorme mobilização que aconteceu em 29 de setembro sob o slogan *Contra a imposição, defendemos a educação*, da qual participaram cerca de 100 mil pessoas. Foi uma das maiores manifestações que ocorreram nas Ilhas Baleares desde a transição democrática na década de 1970. Após alguns dias de mobilização,

os/as professores/as se reuniram e decidiram suspender a greve sem cancelá-la formalmente. Isso significava que suspenderam *de facto* sua ação de classe, mas não enviaram uma comunicação formal às autoridades públicas para encerrar a greve oficialmente. Assim, legalmente, a greve ainda estava em vigor e poderia ser reativada a qualquer momento. Em 6 de outubro, as associações de pais/mães de alunos/as e os/as professores/as alertaram o governo que manteriam os protestos.

### **Fase 5: Pacificação e mudança no governo**

Após a greve por tempo indeterminado, o principal sindicato docente e a associação de inspetores/as continuaram a apostar na luta no campo jurídico, e com sucesso. Ao mesmo tempo, a Assembleia Docente adotou ações que promoviam a não aprovação do Programa Geral Anual das escolas, um repertório de ação coletiva que a Plataforma Crida havia introduzido anteriormente. Essas ações foram muito bem-sucedidas (no caso das escolas públicas, cerca de 70% dessas escolas as apoiaram). Além disso, os sindicatos docentes e a Assembleia Docente convocaram duas greves, que se juntaram às ações realizadas a nível estadual contra a LRE LOMCE. Durante essa fase, o movimento social também desenvolveu um repertório variado de ações coletivas que incluíram concentrações e ocupações dentro das escolas para protestar contra a implementação da LRE LOMCE e contra o TIL (GUERRERO, 2015).

Na fase final da legislatura, o governo tentou mostrar um espírito mais aberto e quebrar a unidade de ação daqueles/as que se opunham à reforma. O governo conservador negociou acordos parciais com os/as envolvidos/as no conflito separadamente (p. ex., a associação de proprietários/as de escolas privadas com subsídio público) e excluiu (sem sucesso) os comitês de greve dos espaços formais de negociação (GUERRERO, 2015). Apesar da abertura para negociação por parte do governo conservador, as tensões políticas com os movimentos sociais, sindicatos docentes e partidos da oposição se mantiveram até o final da legislatura.

O início do ano letivo 2014-2015 foi marcado pela anulação do Decreto TIL por parte do Tribunal de Justiça das Ilhas Baleares, consequência da batalha judicial travada pelos sindicatos docentes. Essa decisão judicial provocou uma mudança na gestão do Departamento de Educação, que passou às mãos da nova ministra Núria Riera, que substituiu a demitida Joana Maria Camps (LA VANGUARDIA, 26/09/2014). Durante a fase final da legislatura, o partido conservador tentou amainar as tensões com os movimentos sociais e com agentes da oposição, a fim de retomar o diálogo com a comunidade da educação.

O conflito culminou nas eleições regionais de 24 de maio. O partido conservador perdeu o poder e obteve os piores resultados de sua história, quando sua bancada caiu de 35 para 20 deputados. Os resultados do partido conservador contrastaram com a

irrupção das forças de esquerda (por exemplo, PODEMOS e MÉS), que formaram uma coalizão liderada pelo Partido Socialista (EL MUNDO, 25/05/2015). No início da legislatura, o novo governo adotou medidas alinhadas com as demandas dos movimentos sociais: posicionou-se contra a promulgação da LRE LOMCE na região autônoma das Baleares, aumentou os gastos públicos com educação e aumentou o número de inspetores/as e professores/as, entre outras medidas. Em fevereiro de 2016, o comitê de greve liderado pela Assembleia Docente foi dissolvido. A Assembleia Docente considerou as políticas educacionais promovidas pela coalizão de esquerda insuficientes e apontou que a decisão foi tomada devido ao novo contexto (ARA BALEARS, 24/02/2016). Posteriormente, em dezembro de 2017, a Assembleia Docente suspendeu suas atividades e anunciou a criação da Associação Profissional de Docentes<sup>6</sup> das Ilhas Baleares (ARA BALEARS, 04/12/2017), que foi finalmente efetivada em 2023 com o apoio de todos os sindicatos docentes (ÚLTIMA HORA, 08/07/2023).

## Discussão e considerações finais

Nosso estudo mostra como fatores estruturais, organizacionais e discursivos interagem nos processos de mobilização social, e aponta os resultados dessa interação. A mobilização analisada se situa dentro de um ciclo mais amplo de protestos contra a crise financeira global, estilos autoritários de governo e políticas neoliberais. Ao examinar os fatores que explicam o sucesso da mobilização estudada, nosso caso compartilha algumas semelhanças com outros processos de mobilização (DELLA PORTA & MATTONI, 2014), mas também se destaca em aspectos singulares. Especificamente, este estudo mostra o papel fundamental da construção de alianças e da ponte entre enquadramentos (*frame-bridging*) para explicar o sucesso do movimento docente contra as reformas neoconservadoras e de austeridade no contexto do sul europeu.

Durante o período analisado (2011-2015), sob o governo conservador do Partido Popular, as Ilhas Baleares foram testemunhas de uma reforma substancial no seu sistema de educação. As reformas incluíram cortes drásticos no investimento público e uma mudança significativa no modelo linguístico escolar. O governo conservador tentou promover essas mudanças profundas sem deliberar com a comunidade da educação e reprimindo as vozes dissidentes. Consequentemente, a relação entre o governo e as principais partes interessadas, incluindo sindicatos docentes e associações de pais e mães, deteriorou-se progressivamente. Essa deterioração abriu caminho para uma transição para um “modelo de confronto” (VERGER *et al.*, 2016). Devido à combinação de fatores sistêmicos (repressão política etc.) e relacionais (divisão entre as elites políticas) (TARROW, 2022; MCADAM, 1996), a Assembleia Docente conseguiu estabelecer alianças poderosas com agentes influentes e corroeu a coesão interna e a legitimidade do governo conservador.

As políticas de educação do governo, junto a um sentimento crescente de indignação entre o público, promoveram um ambiente propício ao surgimento de novos agentes coletivos. Antes do início do protesto, as medidas de austeridade haviam levado a manifestações de classe que eram extremamente fragmentadas e careciam de impacto político significativo. Nesse contexto, a Assembleia Docente surgiu como uma força unificadora que habilmente criou estruturas ressonantes que articulavam diferentes lutas políticas. Sua atividade de ponte entre enquadramentos (SNOW *et al.*, 1986; BENFORD & SNOW, 2000) foi fundamental para arregimentar a oposição à política linguística, à LRE LOMCE e aos cortes orçamentários nos serviços públicos, culminando numa mobilização social maciça e transversal.

A proeminência política das diferentes questões educacionais na agenda foi fundamental para compreender as dimensões que o conflito em análise adquiriu. No entanto, relevância política não é uma condição suficiente para a mobilização. A ação comunicativa da Assembleia Docente lhe conferiu “uma imagem pública estabelecida” que reforçou a fidelidade narrativa de seus enquadramentos (DELLA PORTA & DIANI, 2006, p. 81) e reverberou com os sentimentos do público (BENFORD & SNOW, 2000). O conflito atingiu seu auge com o início de uma greve setorial por tempo indeterminado, acompanhada por ampla mobilização social.

O movimento social não só garantiu um impacto processual ao impulsionar suas demandas para o primeiro plano do discurso político dos partidos da oposição, mas também facilitou o surgimento de novos agentes políticos e formas de deliberação na esfera educacional. Sua influência se estendeu à erosão do poder do governo regional, culminando na derrota do PP nas eleições autônomas de 2015. O sucesso do movimento também levou a mudanças substanciais nas políticas públicas, incluindo a revogação da lei da coexistência e da lei dos símbolos, a suspensão do projeto do ‘trilinguismo’, a cessação dos cortes no setor educacional e o aumento de recursos e pessoal.

O sucesso da mobilização nas Ilhas Baleares pode ser atribuído a uma convergência de vários fatores, a maioria deles ligada à estratégia e às intenções do movimento. Em primeiro lugar, o movimento combinou com habilidade repertórios tradicionais de ação coletiva com repertórios mais disruptivos e inovadores, sendo a greve por tempo indeterminado uma decisão crucial para ampliar o protesto. A produção simbólica do movimento e sua capacidade de manter uma imagem pública forte, assim garantindo a credibilidade de suas narrativas, foram medidas que conquistaram amplo apoio social e reforçaram a mobilização. Em segundo lugar, a abordagem unilateral e verticalizada do governo para implementar reformas sem consultar os/as professores/as, involuntariamente ampliou as oportunidades políticas, legitimando o protesto e levando grupos sociais tipicamente passivos a se engajarem por indignação com o estilo de política do governo. Em terceiro lugar, as decisões judiciais contra os decretos do governo não só tiveram impacto pragmático como também reforçaram a legitimidade e o poder de

mobilização do protesto. Por fim, um elemento transversal foi a comunicação estratégica empregada para alcançar professores/as e cidadãos/ãs, particularmente durante a greve.

A Assembleia Docente deu ênfase significativa ao envolvimento da imprensa e das redes sociais, reconhecendo a importância de manter a visibilidade pública e o apoio durante todo o processo de mobilização. A combinação de ações nas ruas, comunicativas e judiciais foi, portanto, fundamental para o impacto político e o significado social do ciclo de protestos analisado. De fato, o papel influente da Assembleia Docente ilustra os fatores que facilitam o surgimento e o impacto dos movimentos sociais nas políticas públicas e na política em geral.

Em termos gerais, apesar do papel importante que os sindicatos docentes desempenharam em favorecer o surgimento da Assembleia Docente e apoiar o protesto, particularmente na frente jurídico-legal, num contexto de indignação global e baixa legitimidade dos sindicatos e partidos políticos tradicionais, a Assembleia Docente percebeu e se conectou astutamente com as preocupações e as inquietações da população por meio de seu estilo de comunicação direto e proativo. Além disso, suas práticas menos institucionalizadas facilitaram a adoção de ações mais radicais e de baixo para cima.

Refletindo sobre esse episódio de mobilização social mais de uma década depois, o seu surgimento se reveste de uma importância crucial para preservar a memória do que a ação coletiva determinada pode alcançar, especialmente agora que entramos num novo ciclo político. O retorno do partido conservador ao poder nas Ilhas Baleares em 2023, agora aliado ao partido de extrema direita VOX, e suas intenções de reintroduzir políticas semelhantes às tentadas na década de 2010, ressaltam a importância desta análise.

O estudo da economia política do período de reformas pós-crise financeira oferece *insights* analíticos para compreender e, potencialmente, orientar a ação coletiva no cenário político atual. Essa perspectiva vai além da academia, pois traz lições práticas e estratégias de mobilizações passadas que podem ser relevantes para enfrentar desafios políticos semelhantes hoje.

## Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título “*Against imposition, we defend education*”: *teachers’ movements against austerity and neoconservative reforms in the Spanish context*, Lluís Parcerisa and Antoni Verger, em *Globalisation, Societies & Education* (Vol 23, Issue 1, 2025). Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Érico Assis.
- 2 A Espanha é um Estado unitário descentralizado, também conhecido como Estado regionalizado, formado por 17 regiões autônomas, 50 províncias, 8.131 municípios e duas cidades autônomas, Ceuta e Melilla (EUROPEAN COMMITTEE OF THE REGIONS, 2024). A descentralização da educação na Espanha começou com a restauração da democracia no final da década de 1970, que levou a um sistema altamente descentralizado no qual os governos regionais (Comunidades Autônomas) administram e organizam suas próprias políticas de educação. O governo central espanhol mantém o poder legislativo para garantir a igualdade regional e

definir o currículo nacional, enquanto as regiões administram o sistema, incluindo decisões sobre a criação de escolas regionais, financiamento e gestão de professores/as (BONAL *et al.*, 2023).

- 3 Esta investigação exploratória seguiu os preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa com Animais e Humanos da Universitat Autònoma de Barcelona, obedecendo as diretivas da União Europeia sobre proteção de dados privados e as recomendações elaboradas pelo Conselho da Europa e pela Convenção para a Proteção de Direitos Humanos e da Dignidade do Ser Humano. Todos/as os/as participantes foram informados/as a respeito dos objetivos da pesquisa, seus direitos, gestão de dados e privacidade, e deram seu devido consentimento.
- 4 Proclamação ou pregação em espanhol.
- 5 Nas eleições de 2010 nas Ilhas Baleares quatro sindicatos docentes obtiveram representantes na mesa setorial: STEI-i (21), UGT (8), CCOO (7) e ANPE (7). Quatro anos depois, em 2014, as eleições sindicais no setor da educação resultaram num cenário mais fragmentado, com a entrada de dois sindicatos docentes novos (Alternativa Docente e UOB) que surgiram no contexto desta mobilização social: STEI-i (15), Alternativa (8), UOB (5), CCOO (5), UGT (5), ANPE (5). A ANPE representa um sindicato docente espanhol de tendência conservadora, enquanto a UGT e a CCOO representam sindicatos docentes moderados e social-democratas. O STEI-i, por tradição, é o principal sindicato de professores nas Ilhas Baleares. O STEI-i é um sindicato nacionalista e de classe que defende o catalão, critérios morais e a educação pública. De modo geral, o UOB e a Alternativa Docente estão mais alinhados com as demandas da Assembleia de Professores/as e, em termos de organização, são caracterizados como horizontais.
- 6 A principal diferença entre os sindicatos docentes clássicos e a Associação Profissional de Docentes recém-criada é que esta última se concentra exclusivamente na promoção do desenvolvimento profissional e da formação docente, no estabelecimento de critérios profissionais, na promoção da inovação educacional e na prestação de aconselhamento profissional aos/as docentes.

## Referências

- AICART, Iñaki, and Guillem Barceló. 2023. “De proposta minoritària a moviment de masses: així es bastí la vaga indefinida de docents fa deu anys.” In *Anuari de l'Educació de les Illes Balears*, edited by Joan Amer Fernández. Palma: Editorial Colònia and UIB.
- APPLE, Michael W. 2006. *Educating the Right Way: Markets, Standards, God, and Inequality*. New York: Routledge.
- ASSEMBLEA DE DOCENTS. 13/09/2013. Plataforma reivindicativa de l'Assemblea de Docents <https://assembleadocentsib.-blogspot.com/2013/09/plataforma-reivindicativa-de.html>
- BARRANCO, O., and L. Parcerisa. 2020. “Yes, It Is Possible! Framing Processes and Social Resonance of Spain's Anti- eviction Movement.” *Catalan journal of communication & cultural studies* 12 (1): 37–57. [https://doi.org/10.1386/cjcs\\_00013\\_1](https://doi.org/10.1386/cjcs_00013_1).
- BEACH, D., and R. B. Pedersen. 2013. *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BEAMISH, T. D., and A. J. Luebbbers. 2009. “Alliance Building across Social Movements: Bridging Difference in a Peace and Justice Coalition.” *Social Problems* 56 (4): 647–676. <https://doi.org/10.1525/sp.2009.56.4.647>.
- BENFORD, R. D., and D. A. Snow. 2000. “Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.” *Annual Review of Sociology* 26 (1): 611–639. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.611>.
- BONAL, X., M. Pagès, A. Verger, and A. Zancajo. 2023. “Regional Policy Trajectories in the Spanish Education System: Different Uses of Relative Autonomy.” *Education Policy Analysis Archives* 31 (68): 1–26. <https://doi.org/10.14507/epaa.31.8031>.

CARVALHO, T. 2022. *Contesting austerity: Social movements and the left in Portugal and Spain (2008-2015)*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

DELLA PORTA, D., and M. Diani. 2006. *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing. Della Porta, D., and A. Mattorini. 2014. *Spreading Protest. Social Movements in Times of Crisis*. Colchester: ECPR Press. Deterding, N. M., and M. C. Waters. 2021. "Flexible Coding of In-depth Interviews: A Twenty-first-century Approach." *Sociological Methods & Research* 50 (2): 708–739. <https://doi.org/10.1177/0049124118799377>.

DE WEERDT, J., and M. Garcia. 2016. "Housing Crisis: the Platform of Mortgage Victims (PAH) Movement in Barcelona and Innovations in Governance." *Journal of Housing and the Built Environment* 31 (3): 471–493. <https://doi.org/10.1007/s10901-015-9465-2>.

EUROPEAN COMMITTEE OF THE REGIONS. 01/04/2024. "Divisions of Powers: Spain." <https://portal.cor.europa.eu/divisionpowers/Pages/Spain-intro.aspx>.

FLESHER FOMINAYA, C. 2015. "Debunking Spontaneity: Spain's 15-M/Indignados as Autonomous Movement." *Social Movement Studies* 14 (2): 142–163. <https://doi.org/10.1080/14742837.2014.945075>.

GUERRERO, M. 2015. *Els tentacles de les tenebres: un govern contra l'escola*. Palma: Leonard Muntaner.

HAY, C. 2002. *Political Analysis. A Critical Introduction*. New York: Palgrave.

KITSCHELT, H. P. 1986. "Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-nuclear Movements in Four Democracies." *British Journal of Political Science* 16 (1): 57–85. <https://doi.org/10.1017/S000712340000380X>.

MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, F. M. 2019. "'Making a Stand' against Neoliberalism: Connections between Critical Pedagogy and the 'Green Tides' Movement for State Education in Spain." *Cultural Studies* 19 (5): 360–372. <https://doi.org/10.1177/153270861880911>.

MCADAM, D. 1996. "Political Opportunities: Conceptual Origins, Current Problems, Future Directions." In *Comparative Perspectives on Social Movements*, edited by D. McAdam, J. McCarthy, and M. Zald, 23–40. Cambridge: Cambridge University Press.

MOORE, W. H. 1995. "Rational Rebels: Overcoming the Free-rider Problem." *Political Research Quarterly* 48 (2): 417–454. <https://doi.org/10.1177/106591299504800211>.

NARODOWSKI, M., M. Moschetti, and S. Alegre. 2016. "Huelgas docentes y educación privada en Argentina." *Revista Colombiana de Educación* (70): 27–45.

PARCERISA, L., J. Collet-Sabé, and C. Villalobos. 2023. "The (im)possibilities of an ideal education reform. Discourses, alliances and construction of alternatives of the Rosa Sensat movement in Catalonia." *Journal of Educational Administration and History* 55 (3): 290–306. <http://doi.org/10.1080/00220620.2022.2153813>.

PATTON, M. Q. 2002. *Qualitative Research and Evaluation Methods*. London: SAGE.

PORTOS, M. 2016. "Taking to the Streets in the Context of Austerity: A Chronology of the Cycle of Protests in Spain, 2007-2015." *Partecipazione e conflitto* 9:181–210. <https://doi.org/10.1285/i20356609>.

RIBERA-ALMANDOZ, O., and M. Clua-Losada. 2021. "Health Movements in the Age of Austerity: Rescaling Resistance in Spain and the United Kingdom." *Critical Public Health* 31 (2): 182–192. <https://doi.org/10.1080/09581596.2020.1856333>.

ROMANOS, E., J. Sola, and C. Rendueles. 2023. "The Political Economy of the Spanish Indignados: Political Opportunities, Social Conflicts, and Democratizing Impacts." *Social Movement Studies* 22 (3): 438–457. <https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2061940>.

SHIFFMAN, J., and S. Smith. 2007. “Generation of Political Priority for Global Health Initiatives: A Framework and Case Study of Maternal Mortality.” *The Lancet* 370 (9595): 1370–1379. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61579-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61579-7).

SNOW, David A., and R. D. Benford. 1988. “Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization.” *International Social Movement Research* 1:197–217.

SNOW, David A., E. B. Rochford Jr, S. K. Worden, and R. D. Benford. 1986. “Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation.” *American Sociological Review* 51 (4): 464–481. <https://doi.org/10.2307/2095581>.

STOLEROFF, A. 2013. “Employment Relations and Unions in Public Administration in Portugal and Spain: From Reform to Austerity.” *European Journal of Industrial Relations* 19 (4): 309–323. <https://doi.org/10.1177/0959680113505033>.

TARROW, S. 2022. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.

VERGER, A., C. Fontdevila, and A. Zancajo. 2016. *The Privatization of Education: A Political Economy of Global Education Reform*. New York: Teachers College Press.

VERGER, A., and M. Novelli. 2012. *Campaigning for “Education for All”: Histories, Strategies and Outcomes of Transnational Advocacy Coalitions in Education*. Rotterdam: Sense Publishers.

VERGER, A., M. Prieto, M. Pagès, and P. Villamor. 2020. “Common Standards, Different Stakes: A Comparative and Multi-scalar Analysis of Accountability Reforms in the Spanish Education Context.” *European Educational Research Journal* 19 (2): 142–164. <https://doi.org/10.1177/1474904118785556>.

### Declaração de divulgação

Os autores não informaram nenhum conflito de interesses em potencial.

## Apêndice

**Tabela A1: Códigos**

Variável	Dimensão	Código	Indicador
Contexto	Fatores sistêmicos	Sistema político	Abertura ou restrição do sistema político
		Papel do Estado	Força ou fraqueza do Estado
	Fatores relacionais	Mudanças nas elites	Mudanças nas posições das elites.
		Alianças	Alianças com agentes relevantes
		Disponibilidade de aliados/as	Disponibilidade de aliados/as influentes. Tipos de relação entre os principais partidos (cooperação ou divisão) em relação a questões que dizem respeito ao direito à educação

Variável	Dimensão	Código	Indicador
Repertórios de ação coletiva	Ações diretas	Ações convencionais	Manifestações, greves, reuniões em espaços públicos.
		Ações não convencionais	Ações disruptivas ou não convencionais, como ocupações de instituições (públicas ou privadas), interrupção do tráfego em rodovias ou vias movimentadas etc.
		Ações de sensibilização	Táticas destinadas a informar os/as cidadãos/ãs sobre as campanhas do movimento e suas reivindicações por meio de jornais, manifestos etc.
Enquadramentos discursivos	Enquadramento diagnóstico	Problemas	Problemas relacionados ao sistema educacional que precisam de solução
		Causas	Causas que desencadearam o surgimento desses problemas
		Agentes	Identificação de agentes que causaram tais problemas
		Soluções	Identificação de soluções políticas específicas
		Área de diretrizes políticas	Formação de professores/as, língua, estrutura do sistema educacional, governança escolar e abordagens pedagógicas.

Fonte: Parcerisa *et al.* (2023, p. 305), com base em Verger e Novelli (2012).

## Tabela A2: Reivindicações da Assembleia Docente.

1.	Suspensão de todos os processos disciplinares iniciados com clara intenção repressiva antes da greve e durante a greve.
2.	Revogação do decreto TIL
3.	Revogação do projeto de decreto de Coexistência e da Lei dos Símbolos
4.	Anúncio das bolsas de transporte e cantina em tempo útil e da forma adequada. Dotação suficiente e eficiente de recursos para garantir um bom plano de reutilização de livros.
5.	Recuperação do corpo docente geral, do corpo docente de Atenção à Diversidade e das proporções anteriores aos cortes.
6.	Substituições imediatas para eventualidades.
7.	Licença remunerada a 100%.
8.	Contratação de trabalhadores/as temporários/as durante julho e agosto.
9.	Recuperação dos suplementos perdidos e reconhecimento dos mandatos de seis anos a partir de 1º de junho de 2012 e cumprimento do acordo salarial de 2008 para o setor escolar privado-subsidiado.
10.	Petição ao Departamento de Educação das Ilhas Baleares para instar o Governo Central a revogar a reforma LOMCE.

Fonte: Assemblea de Docents (13/09/2013).